



A população tratada como vencida e condenada às prescrições do Código Militar

O sr. António Maria da Silva foi esmagado pelo movimento geral de repulsa de todo o país — só assim se explicando que para deitar abalo ao chefe do partido republicano, que mais votos obtém, devido à sua influência entre os proprietários, lavradores e capitalistas da província, não fosse necessário disparar um tiro — nem mesmo para o ar.

Venceu a revolução feita pela tropa? Evidentemente que não, visto que ela desde Melgaço até ao Cabo de Santa Maria não teve com quem bater-se. A vitória foi pois da população, de toda a população, menos o Director do P. R. P., e uns vagos farmacêuticos ambiciosos, — e era justo que a ela lhe fosse reconhecida a sua condição de única vencedora — e de vencedora que não ditou uma só exigência, talvez por lhe repugnar um triunfo que conquistou apenas por ter cruzado os braços. A população não quiz recorrer benefícios, decerto por entender que seria indecoroso conquistá-los sem esforço — ela que está habituada a obter nas barricadas os direitos que os poderosos sistemáticamente lhe têm negado.

Alfiga-se-lhe pois a ela — e com inteira e indiscutível razão que nem os monárquicos redactores do órgão «republicano» a Revolução Nacional lhe podem negar — que é, mais do que uma tremenda injustiça, o maior dos absurdos ser tratada como vencida, pelos homens que pelo concurso das combinações, a que foram extranos quase todos os que acamparam em Sacavém e na Amadora, preparam às cadeiras do Terreiro do Paço. E foi, portanto, com doloroso espanto, que leu nos jornais que tinham sido postas em vigor as disposições dos códigos militares, existentes apenas em tempo de guerra.

A população não se compõe de filiados do partido democrático — porque se assim fosse esta vitória

não se teria operado e os vencedores de agora, estariam como em 18 de abril, aferrinhados suavemente no forte de S. Julião da Barra.

A população compõe-se de criaturas que detestavam em António Maria da Silva os abusos do poder, a corrupção e mais do que tudo isso os ataques flagrantes e continuos aos seus direitos. Foram exactamente as violências do poder que a incompatibilizaram com o homem que ela arrojou, enojada, do Terreiro do Paço para fora. As violências são sempre o calcanhar de Aquiles dos governos — é devido a esse ponto vulnerável, que eles rolam para não mais se levantarem — e isto sabem-no todas as pessoas, mesmo fardadas, que confieçam, por alto, história política.

Os detentores actuais do poder, tratando a população como vencida e trocando a justiça civil pela dos códigos militares, dão a impressão clara de que estão procurando reuir, numa intenção suicida, todos os factores que a podem fazer rapidamente agonizar.

* * *

O partido democrático tem conseguido triunfar sempre dos seus adversários devido à circunstância destes últimos orientarem pelo ódio os seus pensamentos e os seus actos. O ódio destrói — e destrói os que o arvoram em guia de conduta. A violência provoca a violência. É a maior incitadora. E a população vendo-se tratada pela violência que emanem os códigos militares, revoltada pelas buscas domiciliárias que constituem uma ofensa à intimidade do lar, que encurralam o habitante no seu próprio quarto de dormir, que lhe cerciam todos os direitos e o arrastam para a infâmia sem nome dos julgamentos sumários — entrega-se a pensamentos que nós não podemos exprimir por causa da censura — mas que a censura não pode impedir porque escapam a toda a ação coercitiva.

Notas & Comentários

Símbolo eloquente

Num palácio de tradições aristocráticas realizou-se anteontem uma tourada em que tomaram parte vários Marialvas mais ou menos monárquicos e um espanhol que para aí vinha cinta num reclame suspenso — D. António Caetano.

A tourada assistiram o governador civil e o general Gomes da Costa, além de outras autoridades. Nas barbas dessas autoridades todas, matou-se um touro, selvajaria esta que as leis expressamente proíbem.

Em face disso somos forçados a considerar que nesta situação, para se cometrem selvajarias as leis são espessinhas, com a concordância e com o aplauso das próprias entidades que têm o encargo de as defender.

Há também que convir que a morte do touro — é um símbolo da repressão barbara que se está operando.

Viva a disciplina!

A actual situação política, segundo os seus mais exaltados panegiristas, responda ao exército, considerando-se que a sua disciplina deve servir de incentivo à disciplina da população civil.

Pois desde que ela existe a tropa toma, sem consulta do ministro da Guerra, as attitudes que entende e publica as ideias mais diferentes e opostas. Além disso, durante elas, já se produziram quatro insubordinações, três em Lisboa e uma em Lamego. E como se a lista não fosse suficientemente longa e suficientemente elucidativa, anotemois dos oficiais do exército esbofetearam-se com fúria. Sabem onde? A porta do ministério da Guerra.

E, para que o incidente fosse mais significativo do respeito pela disciplina, surgiu outro oficial que mandou prender um dos que se envolveram em pancadaria, por dois soldados, quando o regulamento aconselhava para esse facto um oficial da mesma patente.

Percebes que desta vez o mundo vem abaixo com tanta disciplina — demonstrada nos eloquentes factos a que nos referimos.

A subtilida das «Novidades»

O jornal republicano, subscrivendo a condição requerida pela censura que não consente espaços em branco público uma caricatura em que se vê um sujeito fardado, com nariz carnavalesco, a dançar com uma colareja bexigosa de coroa real à cabeça. As Novidades não quereram ficar aí, para suprir o espaço em branco espalharam com um São João Baptista em trajes menores, de pernas cabedais e com um cacetete na dextra. Para disfarçar a medida da censura acrescenta uma legenda estopante ao boneco dizendo que «ele profligava os vícios do seu tempo com va-

A "Batalha" vai ser hoje julgada na Boa Hora por atacar a Boa Hora

E' hoje que se realiza, pelas 12 horas, no 3º Distrito do Tribunal da Boa Hora, o julgamento da Batalha pelo grande e horrível crime desta ter inserido nas suas colunas um artigo que, sob o título «A Moralidade dos juízes da Boa Hora», afirmava que a magistratura curvando-se à polícia se degradava, descendo à última abjeção. Afirma — continua afirmando, embora a Boa Hora nos ameace com o seu banco dos reus e com o contacto repelente daquele edifício onde os parasitas têm o seu mais importante e glorioso viveiro, visto que nele a higiene é quase uma coisa atentatoria e subversiva.

Amanhã, pela sentença, os leitores ficarão conhecendo a moralidade dos juízes da Boa Hora que a Batalha evocou em detrimento dos sabres policiais, quando estes se ergueram insolentes e indignamente contra a existência jurídica da sociedade, só para continuarem espancando presos, que eram sem culpa formada.

Vai ser um espetáculo interessante o julgamento da Batalha por esta ter protestado contra a prepotência policial exercida contra às togas negras, que estão ao abrigo de disposições contra os quais os cívicos ilétrados nada tinham que obtemperar.

O novo ministério francês tem uma maioria composta de radicais e radicais-socialistas

PARIS, 24.—A composição do novo ministério, ontem constituído, é a seguinte: presidente e estrangeiros, Briand; finanças e vice-presidência, Caillaux; justiça, Laval; interior, Jean Durand; guerra, general Guillaumat; marinha, Leygues; instrução, Nogaro; comércio, Chapsal; trabalho, Daniel Vincent; agricultura, Bunet; colônias, Perrier; trabalho, Durafour; Pensões, Jourdan. Os sub-secretários de Estado são os seguintes: presidência, Danielou; finanças, Pietri; orçamento e tesouro, Duboin; aeronáutica, Larent Eynac; marinha mercante, Vlade; regiões libertadas, Dutreil; instrução técnica, Rameil.

O ministério é composto por radicais, radicais-socialistas e quatro moderados.

Espera-se que o novo governo faça a sua apresentação nas Câmaras na próxima terça-feira, apresentando imediatamente os seus projectos em matéria financeira, para cuja execução o governo pediria à Câmara plenos poderes. — (L.)

Palavras candentes, provando assim que naquelas temporas não havia censura — afirmação esta que envolve um ataque a esta situação que a censura piedosamente deixou passar...

NA SOCIEDADE DE GEOGRAFIA

O dr. Martinho Nobre de Melo, entre os bocejos dos assistentes e os cupidos olhares de algumas senhoras, defendeu ontem, numa conferência, um ditador para Portugal e a aliança entre operários e patrões

A Encruzilhada de Nuno Alves convi-afirmação que foi mal recebida por alguns dos oficiais do exército que estavam na sala;

— A compressão de despesas tem que começar pelo exército, reduzindo-lhe os seus serviços, pois eles só servem para guardar as costas aos políticos venais.

O conferente fala depois sóbre o que deve ser o programa do novo governo e as medidas que ele deve adoptar para salvá-lo, e sóbre a personalidade de Mussolini, a quem considera o salvador da Itália.

São 23,30 horas e parte da assistência começa a debandar. A conferência de modona torna-se insuportável. E a retirada vai-se operando enquanto o dr. Martinho Cruzado de Melo entra na segunda parte da sua conferência.

A segunda parte da conferência estava epilogizada: «Problema Social».

Neste capítulo o conferente dissertou largamente sobre o sindicalismo do Estado, assegurando que todos somos sindicalistas mesmo sem defender a luta de classes.

Uma tirada que vale um poema:

— Foi utopia do liberalismo restringir o sindicalismo ao terreno económico. O sindicalismo moderno tem que possuir capacidade política.

E logo a seguir:

— Temos que integrar o sindicalismo no Estado, sem que contudo deixemos que o sindicalismo seja um instrumento revolucionário nas mãos do Estado.

O orador fala depois sóbre o que se passa em Itália no que concerne ao sindicalismo, defendendo a teoria de que aos sindicatos só deve dar-se personalidade jurídica para efeitos de colaboração e de contratos de trabalho. Fora desse âmbito o sindicato não deve existir.

O dr. Martinho falou durante alguns minutos sóbre sindicalismo do Estado, agravando, em reforço da sua opinião, vários argumentos à que o auditório votou uma fria indiferença.

O crepusculo da conferência começa a aproximar-se. E o dr. Martinho, num tom de voz muito agudo, cantou a aria do ditador português. Apesar uma frase.

— Este Portugal infeliz, este Portugal de tão heroicas tradições reclama uma mão forte, uma mão imperial que o salve, a mão de um homem que não tenha medo que a sua cabeça role dos ombros abaixo.

Na sala produziu-se um grande ruído. Alguém inventou que chegava o general Gomes da Costa. Afinal o general não apareceu e o dr. Martinho termina a sua conferência entre largos bocejos de alguns dos assistentes e ternos olhares de algumas damas.

E que o dr. Martinho de Nobre ia ocupar-se da questão social.

Nesses termos proferiu as seguintes frases:

— Temos que fomentar a produção nacional modernizando-a, arrancando dela o melhor para a economia do país.

Depois com veemência:

— Para fomentar a produção não precisamos de baixar os salários dos operários. Mesmo para provocar a baixa do custo da vida não é mister diminuir os salários.

E acrescenta:

— A situação do operariado, sob o ponto de vista económico, deve manter-se ou melhorar-se quanto possível. Quanto maior for a capacidade de compra do proletariado maiores serão também as vantagens para os efeitos de colaboração e de contratos de trabalho. Fora desse âmbito o sindicato não deve existir.

O dr. Martinho falou durante alguns minutos sóbre sindicalismo do Estado, agravando, em reforço da sua opinião, vários argumentos à que o auditório votou uma fria indiferença.

O crepusculo da conferência começa a aproximar-se. E o dr. Martinho, num tom de voz muito agudo, cantou a aria do ditador português. Apesar uma frase.

— Este Portugal infeliz, este Portugal de tão heroicas tradições reclama uma mão forte, uma mão imperial que o salve, a mão de um homem que não tenha medo que a sua cabeça role dos ombros abaixo.

Não acreditamos, porém, na infalibilidade dos videntes, cartomantes e astrólogos. E, por isso, sem favor para a causa monárquica, nem para a causa republicana, nem para causa alguma, vamos transcrever uma informação que o Correio da Manhã, ontem, publicava em artigo de fundo, com temas muito negras:

— A Monarquia nada espera e nada quer neste momento do exército, senão que cumpra o seu dever patriótico, já que se aventurem em tão arriscado lance.

— A Monarquia sabe que a sua hora há-de chegar, infelizmente cedo para ela, infelizmente tarde para o País.

— Há-de chegar, não nas pontas das espadas, nem no âmago das listas, mas pela força intrínseca das coisas, pela lógica inexorável dos acontecimentos.

Não sabemos porque simbolismo, esta informação vem assinada por Visconde do Banco. E que banho virá a ser? Apesar sabemos que o artigo em questão se intitula: «Sine qua non». Os monárquicos, assim, supõem que desta vez não perderão seu latim...

O problema que passa a preocupar as atenções do dr. Martinho é o da economia.

Nesse sentido o conferente fala-nos da grande batalha dos trigos, dos carvões, dos algodões e outras batalhas que acabam em des.

Depois ocupa-se do orçamento do Estado afirmando que um dos maiores cancos do país é o funcionalismo. Um comentário do orador:

— Portugal possuindo 6 milhões de habitantes tem 65.000 funcionários. O Japão tendo 75 milhões de habitantes contenta-se com 70.000 funcionários.

— O auditório manifestasse um certo entusiasmo. E o dr. Martinho respondeu:

— Como o auditório manifestasse um certo entusiasmo. E o dr. Martinho respondeu:

— Como o auditório manifestasse um certo entusiasmo. E o dr. Martinho respondeu:

— Como o auditório manifestasse um certo entusiasmo. E o dr. Martinho respondeu:

— Como o auditório manifestasse um certo entusiasmo. E o dr. Martinho respondeu:

— Como o auditório manifestasse um certo entusiasmo. E o dr. Martinho respondeu:

— Como o auditório manifestasse um certo entusiasmo. E o dr. Martinho respondeu:

— Como o auditório manifestasse um certo entusiasmo. E o dr. Martinho respondeu:

— Como o auditório manifestasse um certo entusiasmo. E o dr. Martinho respondeu:

— Como o auditório manifestasse um certo entusiasmo. E o dr. Martinho respondeu:

— Como o auditório manifestasse um certo entusiasmo. E o dr. Martinho respondeu:

— Como o auditório manifestasse um certo entusiasmo. E o dr. Martinho respondeu:

— Como o auditório manifestasse um certo entusiasmo. E o dr. Martinho respondeu:

— Como o auditório manifestasse um certo entusiasmo. E o dr. Martinho respondeu:

— Como o auditório manifestasse um certo entusiasmo. E o dr. Martinho respondeu:

— Como o auditório manifestasse um certo entusiasmo. E o dr. Martinho respondeu:

— Como o auditório manifestasse um certo entusiasmo. E o dr. Martinho respondeu:

— Como o auditório manifestasse um certo entusiasmo. E o dr. Martinho respondeu:

— Como o auditório manifestasse um certo entusiasmo. E o dr. Martinho respondeu:

— Como o auditório manifestasse um certo entusiasmo. E o dr. Martinho respondeu:

— Como o auditório manifestasse um certo entusiasmo. E o dr. Martinho respondeu:

— Como o auditório manifest

para a frente é que é o caminho. Tenho a certeza de que estou integrado dentro da política moderna, porque me considero ainda um homem novo.

Gomes da Costa fez uma curta pausa. E prosseguiu:

— Se me vejo por vezes forçado a aceitar a colaboração de pessoas que não têm a nossa ética republicana, é porque preciso rodear-me de valores, porque um homem só faz nada e o concurso de todos é que se torna necessário. Todavia, esses cargos são desempenhados em situações em que as instituições não pergam. Necessito, pois, o apoio de todos, porque há uma grande obra de saneamento a fazer. Quero limpar e varrer todos os escândalos. Os maus políticos é que não desejam esta situação. O embate dos interesses é formidável. Quero varrer os escândalos dos Transportes Marítimos, de Angola e tantos outros que os senhores conhecem...

Uma interrupção do major sr. Matias dos Santos:

— Nenhum dos que aqui estão presentes tomaram parte em escândalos!

Depois de concordar, Gomes da Costa reatou o seu discurso:

— Pelas notícias que todos os dias me chegam, sinto a ameaça a cada passo, não a ameaça do tipo individual, porque essa não me preocupa, mas a ameaça à obra nacional, que pretendo e hei-de realizar. Mas se uma parte do exército começa a puxar por um lado e uma outra parte por outro, obrigando-me a ir a Sacavém, como ainda hoje sucede, então não, não temos e eu vou para o meu 3.º andar da rua João Crisóstomo, onde estava sossegado. Isto só poderá acontecer se o apoio dos senhores e dos republicanos, como os senhores, me faltar. Agradeço-vos mais uma vez, e afirmo-vos que estou aqui para fazer uma obra de glória para esta nacionalidade tão ameaçada, sempre dentro da República.

"De Profundis" da Câmara Municipal

O ministro do Interior, republicano de verdade, pediu-me que lhe indicasse 15 oficiais. E' preciso acabar com a Câmara Municipal. Aquilo não serve, não presta. Encarreg-o de escolher 15 oficiais que constituam a comissão executiva que vai tomar posse da Câmara. Mas isso hóje, ouviu? O senhor fica responsável. Quero que trabalhem e que haja de Lisboa uma capital moderna.

Nestas palavras de Gomes da Costa surpreende-se a próxima dissolução da Câmara Municipal de Lisboa. Os oficiais aplaudiram e o major Matias dos Santos respondeu:

— Sim senhor, meu general. Hoje mesmo trarei essa lista. Com certeza que de entre esses 15 oficiais trarei alguns que saibam ir a um baile. Mas trarei outros também que nunca fizeram outra coisa senão trabalhar. Lá as passadas que perde em Sacavém, ouvindo os meninos — o sr. general manda e nós obedecemos!

O general Gomes da Costa apertou a mão de todos os oficiais presentes, tendo ainda capitão Reis chamaço a sua atenção, por o parlamento ter votado uma lei pelo qual um grupo de oficiais monárquicos que tinham sido afastados, em virtude de terem pretendido restaurar o antigo regime, foram reformados com pensões, tendo direito a postos de acesso.

O general Gomes da Costa prometeu tomar na devida conta a reclamação que lhe era feita.

O povo de Sines protestou vibrantemente contra a nomeação de uma autoridade monárquica

SINES, 23.—No dia 20 do corrente chegou a esta terra um tenente do exército que veio aqui unicamente para dar posse ao novo administrador do concelho, nomeado a pedido de conhecidos e refolhados monárquicos desta localidade.

Como os interessados sabiam que essa nomeação era contrária à vontade do povo, o general Gomes da Costa mandou um enunciado especial para assistir ao acto.

E anteontem teve efectivamente lugar a cerimónia da posse na administração do concelho, sendo a entrega feita pelo sr. Higinio dos Santos Guizado, administrador interino, na presença da já citado oficial e mais pessoal da casa. A manifestação foi imponentíssima, pois que o povo em grande número compareceu para manifestar o seu profundo desagrado pelo novo indignado que se incompatibilizou com ele pela sua conduta pouco correcta dentro da vila de Sines, tanto como autoridade como em actos particulares.

Além disso, mais se acentua o manifesto desagrado do povo por essa criatura, porque a sua nomeação foi obra de reacção monárquicos que desejam a todo o custo o restabelecimento da monarquia.

Quando o dito oficial começou por fazer a apologia do proposto e de alguns dos seus interessados foi imediatamente reprovado pelos que o escutavam para assim fazer sentir o seu desprêzo pelas pessoas que tão ignobil ideia tiveram com tais manifestações reservadas.

O povo manifesta-se porque não quer que encapotadamente e hipocriticamente com a máscara de república seja restaurada a monarquia.

O povo odeia e combate, com todas as fibras do seu coração, a ditadura militar e fascista que de há muito vinha sendo preparada e propagandeadas por todos os tiranetes reacionários.

O povo de Sines, combatendo os manejos reacionários locais, combate em todas as suas formas todas as ditaduras que tenham por fim a supressão de liberdades e regalias conquistadas à custa de muito sangue.

O povo de Sines, protestando contra a aomeia sr. Monteiro, fez-lhe um direito sagrado e intangível.

Sabemos que uma comissão enviou um telegrama ao ministro do interior expondo o ocorrido, sendo respondido que o governo ia mandar um oficial retintamente republicano para ocupar esse lugar.

O correspondente da *Batalha* também mando para a redacção destas o telegrama seguinte:

— General Gomes Costa enviou um tenente para dar posse administrador um esclodido monárquico. Povo em massa invadiu administração e protesta energicamente contra restabelecimento monárquico aos gritos abajo! Abaixo reacção! Viva a liberdade!

Este telegrama pelo qual o seu remetente pagou 8\$00 não foi entregue ao destinatário, tendo o remetente recobrido no dia seguinte a nota de que tinha sido sustado em harmonia com o artigo 240 do regulamento.

Eis aqui o pano da amostra. Estamos no regime de liberdade saído triunfante dumha revolução que tinha ou teve por fim combater o despotismo e a arbitrariedade.

Aleria poi contra a ditadura fascista lutando até à morte pela liberdade ameaçada... C. V. S.

CARTA DO PORTO Mais dados edificantes para a história da roubaheira do Banco Commercial do Porto

PORTO, 24.—Enquanto os patronos da situação militar vão montando a máquina coerciva que há de fazer do país um vasto cemitério, passeado simplesmente pelos tiranos da hora presente — fornecemos nós aos militaristas senhores da "moral" da novíssima República "manuelizada", mais uns dados para a história da célebre burla que foi vítima o Banco Commercial do Porto...

Os credores do citado Banco, mas aqueles credores que não estão compreendidos numa feliz possibilidade de hipotecas privilegiadas, jamais poderão esquecer o sumiço que o seu dinheiro levou na voragem das suas promissórias e dos seus capitais à ordem... do bôlso dos rapinantes "amarquados"... E como não se esquecem dos seus recursos alaranjados pelos marqueses de Aduelas, ainda hoje preguntam qual foi o motivo que impossibilitou a direcção do Banco Commercial do Porto de verificar a escrita da sua maior devedora — da Parceria Vinícola do Norte, Lda., cuja gerente é o célebre burião José Marques de Sá... Isto só para se averiguar se eram exactos os 11.904.988\$12 do valor do seu balanço passivo...

E que, caros leitores e caros "moralistas" da tirania política-militar presente, conta-se entre os nossos referidos credores, entre estas centenas de vítimas, que o celeberrimo "marquês da Aduela" encherá de água multíssimo do seu vasilhame garrafal, papal, tonel, etc., para assim dar a impressão a uns vistoriantes que foram aos seus armazens, que o activo da Parceria, que os haveres da Parceria montavam a milhares de contos... falsificados...

Como todo o mundo económico-burguês é uma questão de habilidades...

Mas para melhor se aquilatar da seriedade da honra da honradez da Parceria personificada no tal "marquês" da Aduela, vamos transcrever a sua biografia traçada no próprio Relatório do Banco Commercial do Porto, de 24 de Março do corrente ano, relatório que se subtraiu às vistas dos profanos:

A Parceria Vinícola do Norte, Lda., que é devedora de esc. 10.254.405\$81, não só se negava a liquidar o seu débito, que vinha de longa data como se recusava mesmo a conferir as suas contas!

—Decorridos alguns meses de demoradas conferências, realizou-se um acordo firmado em escritura pública pelo qual o Banco Commercial ficava garantido pela hipoteca dos imobiliários e penhor mercantil dalguns imobiliários daquela empresa, garantias estas que eram facultadas a todos os demais credores. Neste acordo quiseram ver algumas a possibilidade do ressarcimento do Banco; porém, um credor, embora garantido com aval do sr. José Marques de Sá, gerente da Parceria, requereu a abertura de falência, impedindo assim a efectivação do aludido contrato em que tinham sido salvaguardados os legítimos interesses deste Banco.

Que tal os honrados cavalheiros da nossa praga financeira?

Já dissemos que uma grande parte do penhor mercantil dalguns imobiliários estavam lixeirascentes... em boa águia da Companhia em vez de vinho das diferentes marcas. Mas agora é preciso dizer-se que o nosso "detective" nos garante que aquela aberração de falência foi um jongo muito bem combinado entre uns e outros...

Isto não é para admirar, visto que se sabe que toda a morosidade em se proceder a sério contra os criminosos do Banco, é para dar tempo a que eles fantasticamente vendam as suas propriedades, a fim de se evitá-las que elas possam ser confiscadas por uma reclamada medida de exceção idêntica à conferida aos burilistas do Banco Angolo e Metrópole...

Se os possuidores de promissórias e os depositantes de dinheiro à ordem não se dispensem de juntar à lista dos defraudadores das suas economias, um tal Claudio da Rocha Romariz, que se abotoou com 800.000\$00 sacados, a descoberto, ao Banco Comercial do Porto — não deixam também de lastimar, agora que se fala, entre os "moralistas" da opressão militar que estão no poder, em se retirar dos Bancos os delegados do governo, o seu rico tempo que perderam com a esperança no delegado do governo junto do Banco Comercial do Porto...

Perguntando nós ao nosso "detective" o que se feito, ou antes: o que fez o delegado do governo durante nesse mês, responder-nos muíto categoricamente:

— Apenas isto: gosar as passagens pagas a custa dos credores; gosar o hotel e receber a muiça uma boa soma de centenas de escudos; permitir que esgotem os últimos recursos do Banco, visto que ele, a-pesar-de arruinado, está a fazer uma despesa diária de 5.000\$00! Compreende-se: enquanto houver que sugar, vai até à última. Depois... como está tudo hipotecado, entregar-se as propriedades aos credores privilegiados... e os desgraçados que tiveram a desdita de colocar os seus peitilhos, conseguidos com tantos sacrifícios, na porta das promissórias ou à ordem, ésses que ficam para aí na miséria...

Mas promete mais esta trapalhada do Banco Comercial do Porto...

C. V. S.

"A Batalha" vende-se em todas as tabacarias

TIVOLI
Telefone II-5474
Às 21 horas

O vôo da Águia
Superfície em dez partes de
HENRY ROUSSEL
o encenador do "Violões imperiais"
com a célebre bailarina espanhola
ISABELITA RUIZ

Magnifica página da história de Napoleão Bonaparte

DUAS CINÉ FARÇAS
UMA CINÉ-REVISTA

Uma exceção odiosa

Todos os jornais deontem puderam publicar as condições em que é exercida a censura à imprensa — todos menos *A Batalha*. O Mundo.

A iniquidade que esta mudanca de tratamento implica revela que há dois jornais que nasceram para ser o bode expiatório desta tristíssima situação em que a imprensa foi colocada. Supomos-nos, porém, no direito de publicar as referidas condições que transcrevemos da *Epocha* de ontem:

a) Os jornais enviarão 4 provas de cada grena, devidamente marcadas com o título do jornal, de todos os assuntos que contenham matéria política e noticiária de acontecimentos que se referem à ordem pública.

b) Está dispensado de remessa à censura todo o noticiário vulgar, como, por exemplo, notícias do estrangeiro, ecos da sociedade, anúncios, falecimentos e artigos doutrinários que não contenham matéria compreendida na alínea a).

c) A eliminação de assuntos, feita pela censura, não dão lugar à publicação do jornal com espaços em branco.

d) Todas as dívidas que possam surgir nos espíritos dos directores dos jornais acerca de estarem ou não incluídas nos preceitos da alínea a) os assuntos a que esta alínea respeito devem ser resolvidos pela remessa à censura das 4 provas a que a mesma alínea se refere.

e) A falta de envio de provas que contenham matéria a que se refere a alínea a) equivale, para o efeito de responsabilidades legais, ao não acatamento dos cortes de censura e à publicação do jornal com espaços em branco.

f) Cada jornal na última prova que submette à censura escreverá: *Última prova*; isto significa que se acha concluído o serviço de composição da matéria censurável.

g) Os jornais remeterão ao gabinete de censura 4 exemplares, trazendo um, devidamente traçado a vermelho, as localidades de que foram enviadas provas à censura.

h) Os jornais que assim o desejarem, podem, na topo da sua primeira coluna, inserir as palavras seguintes: "Este número foi visado pela Comissão de Censura, Lisboa, 23-VI-926. — Joaquim Prata Dias (coronel)"

A Parceria Vinícola do Norte, Lda., é uma devedora de esc. 10.254.405\$81, não só se negava a liquidar o seu débito, que vinha de longa data como se recusava mesmo a conferir as suas contas!

—Decorridos alguns meses de demoradas conferências, realizou-se um acordo firmado em escritura pública pelo qual o Banco Comercial ficava garantido pela hipoteca dos imobiliários e penhor mercantil dalguns imobiliários daquela empresa, garantias estas que eram facultadas a todos os demais credores. Neste acordo quiseram ver algumas a possibilidade do ressarcimento do Banco; porém, um credor, embora garantido com aval do sr. José Marques de Sá, gerente da Parceria, requereu a abertura de falência, impedindo assim a efectivação do aludido contrato em que tinham sido salvaguardados os legítimos interesses deste Banco.

Que tal os honrados cavalheiros da nossa praga financeira?

Já dissemos que uma grande parte do penhor mercantil dalguns imobiliários estavam lixeirascentes... em boa águia da Companhia em vez de vinho das diferentes marcas. Mas agora é preciso dizer-se que o nosso "detective" nos garante que aquela aberração de falência foi um jongo muito bem combinado entre uns e outros...

Isto não é para admirar, visto que se sabe que toda a morosidade em se proceder a sério contra os criminosos do Banco, é para dar tempo a que eles fantasticamente vendam as suas propriedades, a fim de se evitá-las que elas possam ser confiscadas por uma reclamada medida de exceção idêntica à conferida aos burilistas do Banco Angolo e Metrópole...

Se os possuidores de promissórias e os depositantes de dinheiro à ordem não se dispensem de juntar à lista dos defraudadores das suas economias, um tal Claudio da Rocha Romariz, que se abotoou com 800.000\$00 sacados, a descoberto, ao Banco Comercial do Porto — não deixam também de lastimar, agora que se fala, entre os "moralistas" da opressão militar que estão no poder, em se retirar dos Bancos os delegados do governo, o seu rico tempo que perderam com a esperança no delegado do governo junto do Banco Comercial do Porto...

Perguntando nós ao nosso "detective" o que se feito, ou antes: o que fez o delegado do governo durante nesse mês, responder-nos muíto categoricamente:

— Apenas isto: gosar as passagens pagas a custa dos credores; gosar o hotel e receber a muiça uma boa soma de centenas de escudos; permitir que esgotem os últimos recursos do Banco, visto que ele, a-pesar-de arruinado, está a fazer uma despesa diária de 5.000\$00! Compreende-se: enquanto houver que sugar, vai até à última. Depois... como está tudo hipotecado, entregar-se as propriedades aos credores privilegiados... e os desgraçados que tiveram a desdita de colocar os seus peitilhos, conseguidos com tantos sacrifícios, na porta das promissórias ou à ordem, ésses que ficam para aí na miséria...

Mas promete mais esta trapalhada do Banco Comercial do Porto...

C. V. S.

TEATRO APOLÓ
Telef. N. 4129

HOJE a oratória de BRÁS MARTINS

O Santo António
Amanhã — Festa artística do actor Aurélia Ribeiro com O SANTO ANTÓNIO e um acto de variedades

SEGUNDA-FEIRA, 28
Festa artística de PALMIRA TORRES com a TOSCA

AGREMIACÕES VARIAS
Grupo dos 21 fabricantes de calçado. Refine-se amanhã, para nomear nova direcção.

TEATRO AVENIDA
Telef. N. 4356
A SENSACIONAL PEÇA

O Dr. da Mula Ruça
Hoje, às 21,30
12 números de música 12

Orquestra Jazz-Band

DUAS CINÉ FARÇAS
UMA CINÉ-REVISTA

ABATALHA

O sossego é absoluto em Portugal...

Influência da educação na vida psicológica do homem

A educação não tem outro objecto senão tirar a criança da infância e da irresponsabilidade para a introduzir no sentimento das responsabilidades sociais.

Alberto Autin

A expressão «educação» tem um significado muito amplo, porque representa não só a educação que um indivíduo recebe de outro, mas também a que cada indivíduo deve à sua própria experiência. Por isso é que a obra da Educação é muiíssimo complexa.

Neste capítulo quero, especialmente, chamar a atenção dos pais de família.

Se éramos pensasse muitas vezes, a maior parte das vezes, que dêles é que depende único e exclusivamente o futuro de seus filhos; se éles, ignorantes das leis da vida, conseguem um pouco dos prejuízos irreparáveis que advêm de uma educação irreflexiva; se éles soubessem que para cada fase da vida há uma educação especial, e que nem todas as crianças são susceptíveis de receber a mesma educação; se éles tivessem presente que os seus excessos ou as suas brinduras é que matam e aniquilam os seus pequeninos seres; se éles, finalmente, compreendesssem que, de todas as suas funções, a mais difícil é a que respeita à orientação da família; por certo que deveria merecer a todos uma maior atenção este complexo problema.

Que preço não tem a vida humana, qualquer que seja o aspecto por que a encaremos! Quão trabalho é a actividade do homem na conservação, directa ou indirecta, da sua espécie, na satisfação dos gostos e dos sentimentos, na boa organização da família, na disciplina social!

E no estudo destas diferentes espécies da actividade humana que se resume toda a Educação, a que bem pode chamar-se uma ciência. A Educação ensina-nos a conservar, por processos directos e indirectos, o indivíduo; a Educação orienta-nos na satisfação dos nossos gostos e dos nossos sentimentos; Educação forma o cidadão.

«E' na infância que se adquire o hábito dos nossos maiores vícios», disse Montaigne. Por isso, a educação da criança deve começar logo após o seu nascimento. A sua primeira linhagem é o chôro; não tem ideias, não tem sentimentos, apenas tem sensações: a dor e o prazer; a memória e a imaginação estão ainda inactivas. No alvorecer dos seus dias, a criança atende ao que afecta os seus sentidos, aprende a comer, a andar e a falar.

Jean Jacques Rousseau, no seu «Emile», reduz a quatro as maximas educativas por que nos devemos orientar na educação da criança nesta época da vida:

1º—Deixa-lá a usar livremente de todas as forças que a natureza lhe dá e das quais a criança não sabe ainda abusar.

2º—Ajuda-lá e fornecer-lhe tudo o que falta, já em força, já em inteligência, para a satisfação das necessidades físicas.

3º—Ao socorrer-lá, deve ter-se em vista, unicamente, a utilidade real, e nunca ceder a fantasias ou a desejos sem razão.

4º—Estudar e distinguir na sua linguagem e nos seus sinais os desejos que lhe vêm da natureza e os que resultam da sua opinião já voluntaria.

Quantos defeitos nós podemos evitar e corrigir na criança desde o berço!

Para que a criança se não faça estrábica, devemos voltá-la sempre para a luz, mas temos também que habituá-la às trevas, para que mais tarde se não arrezece delas. Devemos-lhe ir mostrando pouco a pouco os objectos que ela ainda não conhecer, ainda os mais bizarros, para que se familiarize com elas e se não faça medrosa. A criança, à medida que vai conhecendo, que vai dando fé (permitem-me o plebeísmo) dos objectos, estende os braços para os agarra, embora estejam afastados, porque não tem a princípio a noção da distância. Nós levamo-la então até elas, para que o pequerrinho comece a apreciar as distâncias. Quando conhecer já o objecto, não devemos conduzi-la até ele como ela quiser e quando ela quiser, mas sim como nós quisermos. Se chorar e gritar, estendendo a mãozinha para ser atendida, façamos de conta que a não ouvimos, para que se não habite a ser de pronto obedecida. A criança tem uma tendência excessiva para o mando, para a cobiça e para o despeito; é preciso não a contrariar, mas de modo que não pense que lhe obedecemos. E' de todo necessário também desvia-la das pessoas que a contrariem, a irritarem, a impacientem; estas gracinhas das visitas, dos manos mais velhos, das criadas e muitas vezes dos próprios pais desenvolvem na criança o pernicioso defeito da cobiça. Tal como os selvagens apresentam uns certos traços físicos que os caracterizam, assim a criança, igualmente, apresenta uma certa tendência para o mal, o qual devemos atenuar e corrigir. Não contemos com uma moralidade prematura na criança; a preocuidade moral tem um significado tão funesto como a preocuidade intelectual.

Com estas cautelas e outras, que seria difícil enumerar e que o bom educador vai conhecendo por experiência própria, a criança vai-se habituando a limitar os seus desejos às suas forças, não sentindo a prisão do que não possui. São ainda do autor do «Emile» estas palavras: «Os primeiros choros das crianças são pedidos; se nos não acatularmos, tornam-se imediatamente ordens; começam-se por fazer assistir, acabam por fazer servir. Assim, da própria fraqueza, donde vem primeiro o sentimento da sua dependência, nasce em seguida a ideia do império e do mando; mas, sendo esta ideia menos excitada pelas suas necessidades do que pelos nossos serviços, começam a fazer-se sentir os efeitos morais, cuja causa imediata não está na natureza e que já se vê desde o alvorecer da vida...»

No período da idade que imediatamente se segue a este, devemos encarar a criança já como um ser moral. Não a habituemos a obter tudo quanto deseja e pede, mas a dar-lhe sólamente o que necessita. Na educação moral da criança temos que manter-la na dependência das coisas, seguindo a ordem da natureza, e desvia-la da dependência dos homens, que é a da sociedade. E, quando se diz que se deve atender a criança apenas no que ela necessita e não no que ela pede, não quer dizer que devemos impedir-lhe de falar, comer, correr, isto é, de fazer todos os movimentos e satisfazê-lo com os impulsos necessários ao seu desenvolvimento; o que o educador tem de ter

em vista sempre é distinguir a necessidade imposta pela natureza da necessidade criada pela fantasia. Há um grande perigo para a vida moral da criança em lhe dar quanto ela pede, sem atender às suas necessidades, fazendo-lhe a vontade em tudo, a ponto de ela compreender que em tudo é obedecida. E' desta educação viciosa que saem os despotas, os tiranos, os autoritários.

Não convém a todas as crianças o mesmo regime de moral. No entanto, nesta fase da vida a educação moral deve ser totalmente negativa, isto é, tem de se lhe fazer compreender apenas que se não deve fazer mal a ninguém, não se lhe ensina o que é virtude ou vício; apenas se evita que despetre ou se desenvolvem nela os perigosos defeitos da vaidade, inveja, timidez, mentira, defendendo-a tanto quanto possível dos conceitos errados. Todos estes vícios, principalmente o da mentira e o da inveja, são quase sempre produzido da ideia que o educador, erradamente, concebe da imposição de deveres à criança e da emulação com que procura estimular-a.

A terceira fase da infância é a dos 12 anos, aquela em que a criança, aproximando-se da adolescência, começa marcando a sua puberdade. Neste período a força vital tem um desenvolvimento muito mais rápido que os impulsos das necessidades aquela, a dificuldade da educação consiste em diminuir na criança os seus desejos; quanto maior for o número dos desejos, mais fraca ela se torna, porque maior é o número de energias de que necessita para os satisfazer e maior é o dispêndio delas. E' nesta fase também que mais intensamente se desenvolve a curiosidade; ao mesmo tempo que se fortifica a actividade do corpo, desenvolve-se a actividade do espírito. Nada de discursos, de flores de retórica, de palavras que a criança não comprehende; o educador deve ser claro e simples na sua linguagem, pondo tanto quanto possível a criança em contacto com as coisas, desenvolvendo-lhe assim o espírito de observação; a criança vê, examina, observa e habita-se, quase insensivelmente, a ser atenta. Se lhe fizerdes alguma pergunta nesse momento sobre o objecto observado, é possível que vos não responda logo; mas passados alguns dias dirá a verdade que desbriu. Deixa-lá reflectir livremente.

Tais são, de uma maneira geral, os principios por que devemos orientar a educação moral da criança durante as diferentes fases da sua infância até o momento da puberdade. Diz-se, e com bastante fundamento, que os defeitos das crianças são o produto dos defeitos dos educadores. E assim é, por fatalidade de todos nós. A criança imita sempre. E' os pais e não os filhos que se deve grande número de infartos que muitas vezes se produzem na família. Nestas frases eloquentes que todos os dias se profere — Casa de Pais Escola de Filhos; Os defeitos dos Filhos são o reflexo dos defeitos dos Pais—está consubstanciada toda a verdade. O exemplo e a disciplina a impor são as duas chaves de ouro com que os educadores e, principalmente, os pais podem abrir o futuro de seus educandos. O exemplo produz na criança o efeito do contágio. Se a criança é tratada duramente e com irascibilidade, se de hora a hora se muda de atitude para com ela, se os pais, impulsivos, reconhecendo os seus próprios defeitos, se não corrigem e os não combatem nos filhos, é como se não houvesse de tornar dura, irascível e impulsiva? Os maus tratos, as zangas, a cobiça com que algumas crianças da mesma família se tratam entre si, não é mais do que a cópia dos tratamentos que os adultos lhes infligem e o exemplo que deles tomam, imitando-os. (Da revista «Educação Social»).

Aurora de CASTRO

(Continua).

A VOZ DA CADEIA

Não se deve construir a desumana sala-parlatório

Já se tem falado muito na construção que está sendo levada a efeito de um parlatório na Cadeia do Limeiro e na suspensão das visitas diárias aos presos.

Mas o que ainda se não disse, e que é necessário que se saiba, é os pessimos resultados que destas medidas vão resultar.

Os primeiros já estão bem em evidência:

A greve da fome na Cadeia da Relação do Porto, a insubordinação dos presos no Forte de Monsanto, e a intervenção da força armada dentro das suas prisões.

A imposição do parlatório e a suspensão das visitas diárias de pessoas de família aos presos, podem acarretar as mais graves consequências.

O preso ainda se submete a incomunicabilidade da cadeia quando prevarica, cala-se à vergonha promiscuidade, em que vive, consente nos maus tratos e na falta de alimentação, mas o que ele não pode consentir é na imposição ociosa do corte de refeições para com os seus entes mais queridos.

Na impossibilidade de regredir a ameaçadas citadas nada provam.

A China era sempre considerada como um Estado civilizado, como tendo ordem e um exército, embora não conhecesse o militarismo. Na Europa havia a Inglaterra, que despregava a carreira das armas como a China, havia a Suíça, cujos soldados sob a farda não deixavam de ser livres cidadãos. Os Estados Unidos tinham-se feito o organismo político mais poderoso do mundo, sem militarismo e quase sem exército. Portanto, pode haver Estado sem militarismo. Portanto pode-se combater este sem tocar na ordem social existente.

Não se pode, e estes exemplos amildenam citadas nada provam.

A China e a Suíça, e Inglaterra e os Estados Unidos têm exércitos insuficientes.

No dia em que o notem, tratam de se fortalecer, de aumentar a força armada, e caem então logo no militarismo.

Logo que os exércitos começam a ter valor para alguma coisa, começam a ser cultivados e aperfeiçoados e, em breve se tornam fim para si próprios: assim se chega ao militarismo.

A lei de todas as instituições humanas: chegar a certo grau de desenvolvimento virá somente para si mesmas, querem crescer, perpetuar-se, dominar. O exército, naturalmente, não faz exceção a esta regra.

Quanto aos defensores do militarismo, acabam por desconhecer o significado das suas tendências e predileções. Harpagão esquece-se de que o diheiro é o símbolo do representante do valor—mas em si mesmo privado de qualquer utilidade para o homem, e Harpagão acaba por amar o diheiro pelo diheiro. Assim o campeão do militarismo perde a noção da força armada e o sentimento do símbolo que é uma tropa organizada, e acaba por amar e admirar o exército pelo exército.

E' preciso não perder de vista o verdadeiro sentido das coisas. O militarismo é o último termo dum serie lógica de deduções, a primeira das quais—o ponto de partida—é a aprovação, a admiração da ordem económica, social, política existente.

E a luta contra o militarismo não tem sentido se não é luta contra o próprio princípio básico dessa ordem.

Queres a autoridade?

Então aqui tens a força, a baioneta, por si mesma.

Queres a sanção concreta não poderia manter-se?

O regime capitalista sem militarismo marcha a direito e rapidamente para o esfacelamento.

Para que uma sociedade civil possa existir sem militarismo, necessário é que se baseie sobre outra coisa que não seja a

O militarismo desenvolve-se necessariamente da própria existência do exército

Fala-se às vezes de um regime que se apoia sobre as baionetas. Esta frase significa um regime baseado sobre a força bruta, e oposito ao que se basearia sobre a lei e sobre o direito. Mas esta diferença e este contraste não existem: longe de entre eles haver antinomia, há identidade. Todos os regimes políticos existentes se apoiam sobre as baionetas: todas as constituições, todas as leis têm por única sanção o gabinete, e mais nenhum.

O único laço que une uma sociedade capitalista—composta como é de classes, cada uma das quais trata do seu próprio interesse egoísta em detrimento do interesse das outras classes—é a autoridade. A autoridade é a forma abstracta da opressão concreta: do mais fraco por parte do mais forte. Esta abstracção incarna-se no homem-fardado e armado; incarna-se no soldado. O soldado é pois o símbolo do princípio fundamental do edifício do Estado e da Sociedade.

O único laço que une uma sociedade capitalista—composta como é de classes, cada uma das quais trata do seu próprio interesse egoísta em detrimento do interesse das outras classes—é a autoridade. A autoridade é a forma abstracta da opressão concreta: do mais fraco por parte do mais forte. Esta abstracção incarna-se no homem-fardado e armado; incarna-se no soldado. O soldado é pois o símbolo do princípio fundamental do edifício do Estado e da Sociedade.

E' impossível derrubar este símbolo sem que seja logo abalado e em breve desabado a construção. Tirar à actual ordem social, política o princípio da autoridade, é destruir a base da opressão.

O sr. general Gomes da Costa, num gesto ben decidido, afirmara:

—Quero governar com a imprensa livre.

A sua palavra tinha a garantia do seu caráter de militar e de cidadão.

Quem ousou antepor-se à sua vontade, contradizendo-a, aniquilando-a?

A imprensa portuguesa, aparte exceções deploráveis, é o órgão mais perfeito das aspirações nacionais. Não é venal nem covarde. Não se rebaixa na lisonja nem se exalta com trofeus que não ganhou.

Atacar ou defender o militarismo não tem sentido algum, se não significa que se ataca ou se defende conscientemente, intencionalmente, o princípio da luta dos egosismos de classe e da vitória daquela que estiver mais bem armada e organizada sôbre as que estiverem menos.

Atacar ou defender o militarismo não tem sentido algum, se não significa que se ataca ou se defende conscientemente, intencionalmente, o princípio da luta dos egosismos de classe e da vitória daquela que estiver mais bem armada e organizada sôbre as que estiverem menos.

Vejamos no entanto: que é o militarismo? A palavra é vaga. Presta-se a interpretações diversas. Diz-se: «O militarismo não é o facto da existência do soldado; pode haver militares sem que por isso tenha de haver militarismo. É' até útil que todos os cidadãos se exerçam no manejo das armas, o que lhes dá a confiança em si mesmos e eleva as virtudes cívicas. Significa ser capaz de se defender a si próprio, assim como de defender a pátria. A luta é a condição da vida. E' a própria natureza que assim o quer. Devemos preparar-nos metódicamente para a luta. O soldado é um fenômeno normal, biológico, por assim dizer, de cada sociedade. Temos o soldado, mas nem por isso temos o militarismo. O militarismo só começa quando se faz do soldado, não só o meio, mas o fim do Estado, quando o exército não é já uma instituição que serve para assegurar o livre funcionamento das outras, mas sim o paraíso ávido, servido por todas as energias do Estado: o Exército subordinado ao Exército e reduzido a pretexto para existência do exército. Todas as forças vivas da Nação convergindo para o quartel e campo de manobras; todos os esforços intelectuais, todos os progressos científicos, todas as invenções técnicas, tudo aplicado ao aperfeiçoamento das armas, o oficial, tipo ideal do homem na sociedade; as cores do uniforme, o rebicular das espadas, os galões, o penacho, supremas ambições dos sonhos juvenis. Eis o que é o militarismo.

Combatendo à vontade, mas respeitai o soldado, servidor estoicamente dedicado ao interesse colectivo.

Pois bem! essa linguagem é sofisma puro. O militarismo desenvolve-se necessariamente, inevitavelmente, da própria existência do exército.

O militarismo não passa dum párá-vento, e nós descobrimos que por trás dele se agitam essas forças elementares cuja luta determina a carreira das armas como a China, havia a Suíça, cujos soldados sob a farda não deixavam de ser livres cidadãos. Os Estados Unidos tinham-se feito

o organismo político mais poderoso do mundo, sem militarismo e quase sem exército. Portanto, pode haver Estado sem militarismo. Portanto pode-se combater este sem tocar na ordem social existente.

Não se pode, e estes exemplos amildenam citadas nada provam.

A China era sempre considerada como um Estado civilizado, como tendo ordem e um exército, embora não conhecesse o militarismo. Na Europa havia a Inglaterra, que despregava a carreira das armas como a China, havia a Suíça, cujos soldados sob a farda não deixavam de ser livres cidadãos. Os Estados Unidos tinham-se feito

o organismo político mais poderoso do mundo, sem militarismo e quase sem exército. Portanto, pode haver Estado sem militarismo. Portanto pode-se combater este sem tocar na ordem social existente.

Não se pode, e estes exemplos amildenam citadas nada provam.

A China era sempre considerada como um Estado civilizado, como tendo ordem e um exército, embora não conhecesse o militarismo. Na Europa havia a Inglaterra, que despregava a carreira das armas como a China, havia a Suíça, cujos soldados sob a farda não deixavam de ser livres cidadãos. Os Estados Unidos tinham-se feito

o organismo político mais poderoso do mundo, sem militarismo e quase sem exército. Portanto, pode haver Estado sem militarismo. Portanto pode-se combater este sem tocar na ordem social existente.

Não se pode, e estes exemplos amildenam citadas nada provam.

A China era sempre considerada como um Estado civilizado, como tendo ordem e um exército, embora não conhecesse o militarismo. Na Europa havia a Inglaterra, que despregava a carreira das armas como a China, havia a Suíça, cujos soldados sob a farda não deixavam de ser livres cidadãos. Os Estados Unidos tinham-se feito

o organismo político mais poderoso do mundo, sem militarismo e quase sem exército. Portanto, pode haver Estado sem militarismo. Portanto pode-se combater este sem tocar na ordem social existente.